



Estado do Acre
Assembleia Legislativa
Gabinete do Deputado ROBERTO DUARTE

PROJETO DE LEI Nº 62, DE 1 DE 2022.

"Reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas aos Agentes de Trânsito do Estado do Acre".

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei reconhece, no Estado do Acre, o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo aos Agentes de Trânsito do Estado do Acre.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Deputado FRANCISCO CARTAXO",
14 de maio de 2022.

ROBERTO DUARTE
Deputado Estadual
Republicanos

GABINETE DO DEPUTADO ROBERTO DUARTE – 2º PISO
RUA ARLINDO PORTO LEAL, Nº 241 – CENTRO – ALEAC — CEP: 69.900 -904
TELEFONE: 3213-4054/4055
E-MAIL: gab.robertoduarte@gmail.com / www.aleac.leg.br



Estado do Acre
Assembleia Legislativa
Gabinete do Deputado ROBERTO DUARTE

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Lei em análise visa reconhecer o risco da atividade profissional exercida pelos Agentes de Trânsito do Estado do Acre.

Comumente, o noticiário relata casos de agentes de trânsitos que sofreram ameaças de condutores de veículos, que estão em desacordo com as leis do código brasileiro de trânsito e por isso são abordados. Além disso, mais comum ainda é ver no noticiário informações de crimes cometidos no trânsito por brigas ocasionadas por acidentes simples de trânsito, como pequenas batidas entre veículos.

Conforme previsto no Anexo I do Código de Trânsito Brasileiro, o agente da autoridade de trânsito é a "pessoa, civil ou policial militar, credenciada pela autoridade de trânsito para o exercício das atividades de fiscalização, operação, policiamento ostensivo de trânsito ou patrulhamento.

O Agente de Trânsito, é, porém, o responsável por amenizar todas as situações caóticas do tráfego, sendo assim, tem sua atividade visivelmente reconhecida como de risco à sua vida, visto que, o trânsito é composto por diferentes tipos de pessoas, estando em diferentes estados de comportamento.

Vale ressaltar que, através da Emenda Constitucional N° 82, foi acrescido ao **art. 144** da Constituição Federal o **parágrafo 10, inciso I** que diz:

§ 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas:

I. "compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente".

Ressalta-se também que o reconhecimento do Agente de Trânsito como membro de Segurança Pública foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, por meio de Proposta de Emenda Constitucional que adicionou o **inciso IV** ao **Art. 131** da Constituição do Estado do Acre.

GABINETE DO DEPUTADO ROBERTO DUARTE – 2° PISO
RUA ARLINDO PORTO LEAL, N°241 – CENTRO – ALEAC — CEP: 69.900 -904
TELEFONE: 3213-4054/4055
E-MAIL: gab.robortoduarte@gmail.com / www.aleac.leg.br



Estado do Acre
Assembleia Legislativa
Gabinete do Deputado ROBERTO DUARTE

Isto posto, reitero a importância do reconhecimento da atividade profissional exercida por estes profissionais, uma vez que é inegável o fato de que os agentes de trânsito têm sido vistos como alvos preferenciais da marginalidade.

Pelas fundamentações acima expostas, entendo de extrema relevância a medida ora proposta, por isso apresento o presente Projeto de Lei, contando com o auxílio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões "Deputado FRANCISCO CARTAXO",
14 de maio de 2022.

ROBERTO DUARTE
Deputado Estadual
Republicanos